



274
120

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

5501

Apelação Cível nº 45199-4 – Jaboatão dos Guararapes/PE
Apelante: Carlos Eriberto Ferreira Sabocinski
Apelado: Azcouro Indústria de Couros Ltda
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS. ESTAGIÁRIO. DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO INEXISTENTE. PRELIMINAR REJEITADA.

A procuração outorgada, também, a estagiário, o credencia a atuar na defesa dos interesses do outorgante, quando habilitado para tal mister, sem necessidade de outorga de outro mandato.

Os valores depositados em ação de consignação, por não atingirem o valor total da dívida, devem ser compensados por ocasião dos cálculos dos encargos legais.

DECISÃO: “POR UNANIMIDADE, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO; POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI PROVIDO PARCIALMENTE O APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA”.

DATA DO JULGAMENTO: 10/12/2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº Apelação Cível nº 45199-4 – Jaboatão dos Guararapes/PE, tendo como Apelante Carlos Eriberto Ferreira Sabocinski e Apelado Azcouro Indústria de Couros Ltda, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, rejeitar a preliminar de defeito de representação e dar provimento parcial ao apelo, de acordo com o voto da Turma.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator.



Poder Judiciário
 Tribunal de Justiça de Pernambuco
 Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 45199-4 – Jaboatão dos Guararapes – PE
 APELANTE: Carlos Eriberto Ferreira Sabocinski
 APELADO: Azcouro Indústria de Couros Ltda
 Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo
 Segunda Câmara Cível

RELATÓRIO

Carlos Eriberto Ferreira Sabocinski opôs Embargos à Execução que lhe promoveu **Azcouro Indústria de Couros Ltda**, alegando que é vendedor de couro bovino salmorado e lhe foi encomendado pela embargada a remessa de 30 mil quilos de couro pelo preço de Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), valor monetário da época.

Após emitir as notas fiscais nºs 81907 e 81910, nos valores de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) cada, o embargante as enviou a embargada que providenciou o depósito.

Como não pode enviar a mercadoria para a embargada, ficou acertado que o valor recebido seria devolvido.

Sendo procurado por advogado da embargada, ficou acertado que o valor a ser devolvido seria de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros) incluídos os acréscimos legais e dividido em três cheques nos valores de Cr\$ 50.000.000,00; Cr\$ 70.000.000,00 e Cr\$ 60.000.000,00, mais Cr\$ 10.000.000,00 a título de honorários.

Antes do prazo de vencimento do primeiro cheque emitido a embargante procurou o advogado da embargada para pedir-lhe mais dez dias de prazo, concordando o referido causídico, desde que houvesse o pagamento de Cr\$ 5.000.000,00 a título de honorários, sendo emitido o cheque nº 003712 para tal fim.

O advogado da embargada, no entanto, depositou o primeiro cheque vencido antes do prazo dilatado, acarretando a devolução do mesmo. Ao procurar o causídico para resolver a situação, foi surpreendido com a exigência do pagamento da parcela vencida e das demais vincendas, acarretando a propositura da Ação de Consignação em Pagamento perante a 9ª Vara Cível da Comarca do Recife, quando foi feito o depósito na audiência designada para tal finalidade e que a embargada, apesar de ter ciência dessa ação consignatória, propôs ação de execução objeto dos presentes embargos.

Após essas razões o embargante suscitou as preliminares de:
 a) litispendência em face da ação de consignação em pagamento ajuizada na 9ª Vara Cível da Comarca do Recife; b) ilegitimidade ativa da exequente para figurar no pólo ativo da demanda, vez que os títulos de crédito foram emitidos

nominais ao Dr. João Vita Fragoso de Medeiros e nunca a embargada Azcuro Indústria de Couros Ltda; c) litigância de má, visto que propôs a execução cerca de dois meses após a propositura da ação e consignação em pagamento e, d) nulidade e excesso de penhora, pedindo por fim, a procedência dos embargos.

A embargada impugnou os embargos através das razões de fls. 38/53.

Sobreveio a sentença de fls. 148/155, que julgou improcedentes os embargos opostos, condenando o embargante na verba honorária de 10% do valor da causa.

Embargos de declaração opostos e acolhidos para afastar da execução o cheque nº 003688 no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) nominal ao advogado da embargada, por falta de endosso.

Em face dessa decisão foi a vez da embargada opor embargos de declaração pelas razões de fls. 178/184, que foram rejeitados.

Através das razões de fls. 200/207 o embargante interpôs Recurso de Apelação pretendendo a reforma da sentença alegando que a dívida havia sido quitada através do depósito de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), realizado nos autos da ação de consignação em pagamento.

Contra-razões às fls. 219/237 alegando a recorrida, em preliminar, a ausência de regularidade da representação porque o único subscritor do recurso de apelação recebeu poderes no instrumento procuratório de fl. 17, na qualidade de estagiário e nunca de advogado, pedindo no mérito, a manutenção da sentença recorrida.

Os autos me foram redistribuídos por prevenção em 09.07.2009.

É o relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 05 de outubro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.

w.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 45199-4 – Jaboatão dos Guararapes – PE
APELANTE: Carlos Eriberto Ferreira Sabocinski
APELADO: Azcouro Indústria de Couros Ltda
Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo
Segunda Câmara Cível

VOTO

Da preliminar de defeito de representação

Suscita a apelada a preliminar de defeito de representação alegando que o subscritor do recurso figura na procuração de fl. 17, como estagiário, e não como advogado.

A preliminar argüida merece ser rejeitada.

A procuração outorgada, também, a estagiário, o credencia a atuar na defesa dos interesses do outorgante quando habilitado para tal mister, sem necessidade de outorga de outro mandato.

É assim que a jurisprudência tem entendido.

"Instrumento procuratório conferido a advogado e a acadêmico de direito. Utilização, pelo último, somente após credenciar-se ao exercício pleno da advocacia. Validade. O instrumento procuratório outorgado a advogado e a acadêmico de direito pode ser validamente por este utilizado se implementadas todas as condições para o exercício da advocacia." STJ – 1ª Turma. Resp 38.246-7-RS, Rel. Ministro César Rocha.

"A posterior graduação do estagiário e conseqüente registro na Ordem dos Advogados habilita-o a praticar todos os atos inerentes à profissão, independentemente de novo mandato" STJ – 4ª Turma, Resp 114.534-SC, rel. Min. Ruy Rosado.

Meu voto, pois, é rejeitando a preliminar.

MÉRITO

Cuida-se como se vê, de embargos opostos em face de ação executiva.

A sentença não merece reparo desde que a ação foi instruída com títulos

276

124

hábeis a aparelhar a execução, porquanto líquidos, certos e exigíveis, não se desincumbindo o apelante de provar que os quitou.

Em relação ao fato de que foi feito o depósito de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), valor monetário da época, resta ser feita a devida compensação por ocasião dos cálculos dos encargos dos juros de mora, da correção monetária, e das verbas de sucumbência.

Ante estes fundamentos nego provimento ao apelo.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.

W.

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 45199-4 da 5ª VARA CÍVEL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: CARLOS ERIBERTO FERREIRA SABOCINSKI
APELADA: AZCOURO INDÚSTRIA DE COURO LTDA.

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 148/155 e 175/476) julgando parcialmente procedentes os Embargos à Execução manejados pelo ora Apelante, somente para excluir da dívida executada o valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) representado no cheque nº 003688 por se encontrar "inabilitado para o exercício executório", pois não endossado. Honorários fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor dos títulos remanescentes.

Em seu arrazoadado recursal (fls. 199/207), o Recorrente afirma que a Recorrida levantou a importância correspondente aos três cheques executados, nos autos da consignatória em curso na 9ª Vara Cível da Capital, cuja sentença foi de parcial procedência.

Desta feita, alega que "a ação executiva proposta pela adversa parte perdeu completamente seu objeto, haja vista que os valores nela cobrados já foram depositados em juízo e sobretudo levantados pela ora Apelada em quantia superior", considerando que do procedimento executivo foi excluída a importância de Cr\$50.000.000,00 dos Cr\$180.000.000,00 perseguidos.

Sendo assim, pugna pela reunião dos feitos executivo e consignatório, reformando a sentença dos embargos "com o fito de declarar quitada a obrigação que enlaça os litigantes e a perda do objeto da ação executiva revisada, invertendo os ônus sucumbenciais".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

126

Contrarrazões apresentadas pela Embargada (fls. 218/232), onde suscita preliminarmente irregularidade da representação processual do Apelante pelo fato do subscritor do apelo ter recebido poderes no mandato como estagiário e não como advogado, pleiteando, no mérito, a manutenção da sentença.

PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Não merece acolhida a presente preambular. O instrumento procuratório outorgado ao então estagiário conjuntamente com o causídico (fls. 17), pode ser validamente utilizado por este depois de obtido o diploma de bacharel e inscrição na Ordem dos Advogados, independentemente da outorga de novo mandato.

O seguinte julgado do STJ bem representa o entendimento aqui esposado, senão vejamos (grifos nossos):

.....
PROCESSUAL CIVIL - PROCURAÇÃO OUTORGADA A ESTAGIÁRIO QUE PASSOU A ATUAR NO FEITO POSTERIORMENTE COMO ADVOGADO. 1. O instrumento de mandato, conferido a estagiário, possibilita a sua atuação como advogado no feito, após a sua graduação e inscrição nos quadros da OAB, sem que haja necessidade de que lhe seja outorgada nova procuração. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 613.422/SP, Rel. Min^a. Eliana Calmon, 2ª Turma, DJ 28/02/2005 p. 292)
.....

Ante o exposto, REJEITO A PRELIMINAR.

É como voto

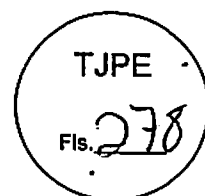
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



127

MÉRITO

Uma vez sentenciada a demanda consignatória, não havia como reunir os feitos a teor da Súmula 235 do STJ, segundo a qual "a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado", muito embora fosse recomendável o seu agrupamento no início da demanda.

Ultrapassada essa questão, observo que o Exequente levantou nos autos da consignatória a importância de R\$13.004,32, conforme prova os documentos de fls. 212/216.

Acontece, contudo, que o ocorrido não tem o condão de extinguir o feito executivo como pleiteado pelo Apelante, mas tão somente obrigar seja considerado o fato superveniente para decotar do montante executado o valor correspondente.

Nesse sentido, o seguinte julgado, verbis:

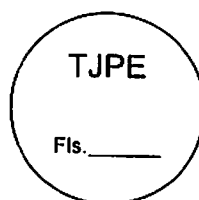
.....

.....
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. EXECUÇÃO DE NOTA PROMISSÓRIA RELATIVA À MESMA DÍVIDA. LITISPENDÊNCIA NÃO EXISTENTE. POSSIBILIDADE DE O CREDOR PROMOVER A EXECUÇÃO. ARTIGOS 301, §1º E 585, §1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. A litispendência ocorre pelo curso de ações idênticas. Duas ações são idênticas quando entre elas houver identidade de partes, de pedido (objeto) e de causa de pedir (artigo 301, §2º, CPC). Muito embora versem sobre um mesmo contrato, os pedidos formulados na execução e na ação consignatória são distintos, inexistindo, portanto, litispendência entre elas.

A execução fundada em título executivo não pode ser obstada pelo ajuizamento da consignatória. O credor tem direito de promover a execução, consoante o disposto no §1º do artigo 585 do CPC.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Não sendo mais possível, por já ter havido sentença na consignatória, a reunião dos feitos para julgamento conjunto, cumpre no julgamento dos embargos à execução considerar a existência de fato superveniente relativo ao trânsito em julgado da sentença proferida na consignatória.

Recurso especial conhecido e provido.

(Resp 155.134/MG, Rel. Min. César Asfor Rocha, 4ª Turma, DJ 22/04/2002 p. 208)

.....
Desta forma, malgrado a procedência parcial dos Embargos, não tenho como aferir se o depósito do valor global desatualizado dos títulos ultrapassa o montante da sentença atacada. Necessidade de cálculos, devendo ser amortizado o valor correspondente ao depósito efetuado pelo Apelante na consignação.

Ante o exposto, **PROVEJO PARCIALMENTE O APELO**, somente para decotar do montante executado a importância levantada na demanda consignatória, contada da data do depósito. Mantidos o ônus sucumbencial do Apelante em razão do princípio da causalidade¹.

É como voto.

Recife, 10/20/09

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor

¹ (...) Conforme o princípio da causalidade, aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com os encargos decorrentes. Assim, ainda que tenha sido julgado extinto o processo sem resolução de mérito, em face da perda do interesse processual, cabível a condenação do recorrente aos ônus sucumbenciais, uma vez que deu causa à propositura da ação. (REsp 205.015/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, DJe 02/02/2009)



279

129

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR DE DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

A Turma está em harmonia em rejeitar a preliminar de irregularidade de representação.

Peço o voto do nobre vogal.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Também rejeito, nos termos do voto da Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO."

MÉRITO.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

Eminente Par, meu voto de revisão está impresso em duas laudas e há uma divergência porque entendo de prover parcialmente o apelo apenas para decotar do montante executado aquela importância que foi levantada na demanda consignatória, juntamente com a petição de fls. 212/216, atingiu um montante de treze mil, quatro reais e trinta e dois centavos.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Quero refluir, acompanhando a conclusão de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE E REVISOR)

A Turma está em harmonia, provendo parcialmente o apelo.

Peço o voto do nobre Vogal.

9⁵



280

130

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI PROVIDO PARCIALMENTE O APELO,
NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

9